

1 ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DAS CÂMARAS TÉCNICAS INSTITUCIONAL, DE
2 PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEIVAP, REALIZADA
3 NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2005 – GUARATINGUETÁ - SP. Aos 15 dias do mês de setembro de
4 2005, no auditório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado de São Paulo, em Guaratinguetá –
5 SP, com a presença de 18 membros da CT Institucional, 13 da CT de Planejamento e Investimento e 8 da
6 CT de Educação Ambiental (conforme relação de presença no final desta ata) além de 12 convidados, e
7 justificadas as ausências, conforme relação também apresentada no final da ata, foi iniciada a reunião,
8 presidida pela Sra. Andréa Francomano Bevilacqua (AASJC-SP), coordenadora da Câmara Técnica
9 Institucional, com a seguinte ordem do dia constante da convocação: 1. Aprovação da pauta da reunião
10 anterior (de 22/08/05); 2. Apreciação da proposta de adequação do orçamento anual da AGEVAP para o
11 exercício 2005, item “Recursos comprometidos em 2004 e transferidos para 2005”; 3. Análise da minuta de
12 Deliberação para criação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica da Bacia do
13 Paraíba do Sul; 4. Análise da proposta do Manual de Investimentos 2006; 5. Apresentação pelo Grupo de
14 Trabalho da Transposição, do texto final da minuta de Deliberação sobre a cobrança pelo uso das águas
15 transpostas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do Guandu, a ser levada para aprovação do CEIVAP; 6.
16 Apresentação, pela secretaria municipal de Meio Ambiente de Itatiaia –RJ, do projeto Nascentes de Itatiaia, a
17 ser financiado com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para o qual a prefeitura de Itatiaia
18 solicita o apoio do CEIVAP; 7. Assuntos gerais. A presidente da reunião informou a retirada da pauta do
19 item 6, já que a prefeitura de Itatiaia não mandou representante para apresentar o assunto em pauta. A seguir,
20 submeteu a pauta da reunião anterior aos membros que, para aprová-la, solicitaram as seguintes correções: na
21 linha 24, são mencionados “os municípios inadimplentes” com a cobrança pelo uso da água, quando, na
22 realidade, há apenas um município inadimplente: Barra do Piraí-RJ, pois Volta Redonda-RJ já regularizou
23 sua situação; na linha 139, deve ser retirado o Consórcio do Paraibuna da relação dos organismos da bacia do
24 Paraíba do Sul que deverão participar do grupo de trabalho encarregado de montar as oficinas de capacitação
25 nas sub-bacias, tendo em vista a integração dos três estados da bacia (SP, RJ, MG); e acrescentar no referido
26 grupo a Comissão Pró-Comitê Estadual da Bacia do Paraibuna –PS1-MG, Comissão Pró-Comitê Estadual da
27 Bacia do Pomba e do Muriaé- PS2-MG e o Grupo de Trabalho da Região da Foz. Antes de passar para o
28 próximo item da pauta, a Sra. Andréa Francomano informou que a Associação dos Advogados de São José
29 dos Campos (AASJC-SP) indicou, para ocupar vagas disponíveis para o estado de São Paulo, na Câmara
30 Técnica Institucional, o Sindicato Rural de Monteiro Lobato – SP, representado pelo Sr. João Marcelino da
31 Silva (setor usuário – titular); e a Faculdade de Engenharia Química de Lorena, representada pelo professor
32 Flávio Teixeira da Silva (setor organização civil - titular). Para ocupar uma vaga em aberto (setor
33 organização civil - titular) na Câmara Técnica de Educação Ambiental, a AASJC-SP indicou a ong
34 Organização da Renovação Ambiental, representada pelo Sr. José Fernando Grecco; ainda para a CTEA
35 (setor organização civil – suplente da Fundação Valeparaibana de Ensino), foi indicada a Faculdade de
36 Engenharia Química de Lorena, representada pela professora Teresa Cristina Brasil de Paiva. Todas as
37 indicações foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade à pauta, passou-se à apreciação da
38 proposta de adequação do orçamento anual da AGEVAP para o exercício 2005, item “Recursos
39 comprometidos em 2004 e transferidos para 2005”. O Sr. Hendrik Mansur, coordenador de gestão da
40 Agevap, justificou a necessidade de adequação do orçamento de 2005, explicando que este orçamento foi
41 aprovado em 17/12/2004, antes que se tivesse apurado o montante dos recursos comprometidos em 2004 e
42 transferidos para 2005, que foi da ordem de R\$ 7.267.864,00. Então o total do orçamento para o exercício de
43 2005 é de R\$17.430.864,00, assim distribuído: Ações de implantação e operação da Agência - R\$
44 1.246.827,00; Ações não estruturais prioritárias para o cumprimento do Contrato de Gestão – R\$
45 1.100.000,00; Ações de Gestão – R\$ 1.695.000,00; Ações de Planejamento – R\$ 2.233.653,24; Ações
46 estruturais – R\$ 11.155.383,70. Invertendo a ordem da pauta, passou-se à análise do Manual de
47 Investimentos do CEIVAP, de 2006. O Sr. Flávio Simões, coordenador técnico da Agevap, esclareceu que o
48 Manual 2006 foi elaborado pela equipe técnica da Agevap, procurando-se corrigir as falhas e melhorar os
49 pontos fracos do Manual de 2005. Ele informou que a revisão do Manual recebeu contribuições de alguns
50 membros do CEIVAP e das Câmaras Técnicas, a saber: Rui Brasil (SRHES-SP), Marilene Ramos (SERLA-
51 RJ), Vera Saboya (SEINPE-RJ), Paulo Valverde (CESAMA-MG), Vera Lúcia Teixeira (NVNV-RJ) e
52 Andréa Francomano (AASJC-SP). A Sra. Marilene Ramos (SERLA-RJ) propôs que, em cada uma das três
53 linhas de investimentos definidas no Manual, sejam discriminadas quais as ações que estão dentro de cada
54 linha, de acordo com as prioridades definidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul. A
55 representante da SERLA defende o detalhamento, para garantir que os projetos inscritos estejam realmente
56 de acordo com o Plano, ressaltando que o Manual deve indicar quais são as prioridades definidas no Plano,
57 pois os proponentes nem sempre se dão ao trabalho de consultar o Plano. A Sra. Marilene enfatizou que o
58 detalhamento das ações para investimentos na bacia, no Manual, ajuda a definir diretrizes, evita a

59 pulverização de recursos e facilita o trabalho dos encarregados de selecionar e hierarquizar os projetos
60 inscritos. Após o debate, definiu-se que o texto colocado para ações de planejamento entrará como cabeçalho
61 geral para as três linhas de ações: estruturais, de planejamento e de gestão, e serão relacionadas as ações que
62 estão dentro de cada uma dessas linhas, de acordo com as prioridades estabelecidas no Plano da Bacia. O
63 texto do Manual foi alterado, ficando assim: *“Ficam estabelecidos três grupos de ações que definem as*
64 *prioridades de serviços e projetos para investimento dos recursos disponíveis: Ações de gestão, Ações de*
65 *planejamento e Ações estruturais. Em ações de planejamento e estruturais, serão passíveis de financiamento*
66 *projetos relativos às seguintes áreas: coleta e tratamento de efluentes urbanos; ações de combate à erosão;*
67 *reflorestamento, proteção e recuperação de nascentes e mananciais; racionalização do uso da água;*
68 *remediação de impactos decorrentes de aproveitamentos hidráulicos e de lançamento de resíduos. I- Ações*
69 *de Gestão – são ações envolvendo educação ambiental e sanitária, monitoramento e controle ambiental,*
70 *mobilização e comunicação social, capacitação, apoio as reuniões do CEIVAP, implementação do sistema*
71 *nacional de gerenciamento de recursos hídricos, campanhas de conscientização e uso racional da água,*
72 *entre outros. A AGEVAP, juntamente com Grupo de Trabalho do CEIVAP, elaborará termo de referência*
73 *para os projetos relativos às ações de gestão e que deverão ser submetidos à aprovação das CTs e do*
74 *CEIVAP, tomando por base o Plano da Bacia .Os projetos elencados pelo CEIVAP serão contratados*
75 *através de processo de seleção de fornecedores, conforme a Resolução ANA nº 424/2004. II- Ações de*
76 *planejamento – elaboração de estudos de concepção, planos e projetos básicos e executivos necessários à*
77 *execução de ações estruturais e de gestão na bacia, que visem a melhoria de suas condições ambientais. III-*
78 *Ações estruturais - visam a correção de problemas relativos à qualidade e quantidade de água para os uso*
79 *da bacia e devem ter associados projetos para ações não estruturais relativos ao combate à causa dos*
80 *problemas. Os projetos submetidos por entidades interessadas serão hierarquizados pelo CEIVAP e os*
81 *recursos serão repassados de acordo com o item 9 deste Manual. Encerrada a pauta sobre o Manual de*
82 *Investimentos, passou-se à análise da minuta de Deliberação sobre a cobrança pelo uso das águas transpostas*
83 *da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do Guandu. A Sra. Patrícia Bóson, representante da FIEMG-MG,*
84 *ressaltou que essa deliberação foi construída com base em uma forte articulação com o Comitê do Guandu*
85 *porque, a partir do momento em que a água do Paraíba está correndo no curso d’água do Guandu, ela passa a*
86 *ser de domínio da bacia do Guandu, portanto de domínio do estado do Rio. No entender da Sra. Patrícia, o*
87 *Comitê do Guandu teria respaldo legal para não pagar pelo uso da água para o CEIVAP; então essa*
88 *deliberação teria sido fruto de negociação entre o CEIVAP e o Comitê do Guandu. O Sr. João Carlos*
89 *Rodrigues, representante do CIESP-SP, apresentou proposta de alterações no texto da minuta da*
90 *Deliberação, quais sejam: incluir um considerando informando sobre o volume de água transposta; no Artigo*
91 *1º, acrescentar que o valor definido para a cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da bacia do rio*
92 *Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu tem caráter provisório. Com 5 votos a favor e 34 contra, a*
93 *proposta do Sr. João Carlos não foi rejeitada, porque a maioria dos membros entendeu que não se poderia*
94 *alterar o texto sem consultar o Comitê do Guandu, já que a Deliberação foi redigida em conjunto. Ficou*
95 *acertado entre os membros presentes na reunião que, em março de 2006, quando todas as deliberações*
96 *relativas a cobrança serão revistas (ao se completar três anos da implantação da cobrança na bacia), a*
97 *Deliberação da cobrança pela transposição deverá ser aperfeiçoada. Na seqüência, passou-se à apreciação da*
98 *Deliberação que institui o Grupo de Trabalho permanente de acompanhamento da operação hidráulica na*
99 *bacia do rio do Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da Bacia do Rio Guandu. A redação do*
100 *Art. 2º, item IV, parágrafo 2º sofreu modificação, ficando assim: Nos casos de crise de disponibilidade*
101 *hídrica, a requerer procedimentos de urgência, o CEIVAP, em prol da agilidade de decisão, outorgará ao*
102 *Grupo a faculdade de encaminhar suas propostas diretamente ONS, ANA e ANEEL. Foi retirado o parágrafo*
103 *3º do item IV do Art. 2º. No Art 3º, item VII, foi acrescentado: (...) e os órgãos estaduais de controle*
104 *ambiental. A Deliberação que dispõe sobre o Manual para Investimentos que orientará a inscrição e*
105 *habilitação de novas propostas a serem financiadas com recursos da cobrança no exercício de 2006, teve a*
106 *redação do Art. 2º modificada, ficando assim: A Agevap elaborará Termo de Referência dos projetos*
107 *relativos às ações de gestão tomando por base o Plano da Bacia, bem como os critérios de habilitação e*
108 *seleção dos potenciais proponentes. Os empreendimentos propostos pela Agevap e aprovados e*
109 *hierarquizados pelo CEIVAP serão contratados através do Processo de Seleção de Fornecedores conforme*
110 *Resolução 424/2004/ANA. Em assuntos gerais, a Sra. Ninon Machado (Instituto Ipanema-RJ) tomou a*
111 *palavra para pedir urgência no ressarcimento das despesas dos representantes das organizações civis para*
112 *participação nas reuniões. Ela lembrou que o ressarcimento tem base legal em uma Resolução do CNRH e*
113 *já foi aprovado pelo Conselho de Administração da AGEVAP. Aproveitando o tema abordado pela*
114 *representante do Ipanema, a Sra. Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida) pediu que constasse em*
115 *ata que ela não participará da reunião do CEIVAP marcada para o dia seguinte (16/09/05), porque está sem*
116 *recurso financeiro para pernoitar em Guaratinguetá. A Sra. Ninon Machado procedeu à leitura de ofício*

117 enviado, em 25/08/05, pela coordenação da II Conferência Nacional de Meio Ambiente, convidando todos a
118 participar das Conferências Estaduais preparatórias da Conferência Nacional, a se realizar no período de 15 a
119 18 de dezembro de 2005, em Brasília. O Sr. João Rodrigues propôs moção de agradecimento ao Sr. José
120 Leomax dos Santos, que acaba de deixar o cargo de diretor da AGEVAP. A Sra. Andréa Francomano
121 comunicou que o Fórum Permanente dos Advogados de São Paulo enviou moção à Câmara dos Deputados
122 apelando aos deputados para garantir legalmente o não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança
123 pelo uso da água. Ela informou que vários deputados responderam à moção. Agradecendo a presença de
124 todos, a Sra. Andréa Francomano declarou encerrada a reunião, tendo a presente Ata sido lavrada por mim,
125 Virgínia Dias Calaes, secretária “ad hoc”, e assinada pelos coordenadores das Câmaras Técnicas
126 Institucional e de Planejamento e Investimento, respectivamente Andréa Francomano Bevilacqua e André
127 Pinhel, que a presidiram.

132 **Andréa Francomano Bevilacqua**
133 **CT Institucional**

132 **André Pinhel**
133 **CT de Planejamento e Investimento**

134
135
136 Guaratinguetá, 15 de setembro de 2005

137
138 LISTA DOS PRESENTES:

139
140 **Câmara Técnica Institucional** – Edilson de Paula Andrade (SRHES-SP), Andréa Francomano Bevilacqua ,
141 representando Renan Caratti Alves (P.M. Jacareí – SP), André Luiz Marques (SAAE-Guaratinguetá-SP),
142 João Carlos Rodrigues (Kaiser – SP), Andréa Francomano Bevilacqua (AASJC-SP), Marilene Ramos
143 (SERLA-RJ), Marta Otoni (SERLA-RJ), Renine César de Oliveira (Prefeitura de Barra Mansa-RJ), Isabel
144 Cristina Reis da Silva (SAAE - Volta Redonda-RJ), Paulo César Moreno (Águas do Paraíba – RJ), Sérgio
145 Dias Canella, representando Marcelo de Carvalho (Furnas – RJ), Fernando Lino (Light-RJ), Ninon Machado,
146 representando Ana Maria Brito (Instituto IPANEMA-RJ), Jander Duarte (ABRH-RJ), Henrique da Silva
147 Pizzo, representando Giselle Belcavello (prefeitura de Juiz de Fora – MG), Maria Aparecida Borges
148 Pimentel Vargas (CAT-LEO-MG), Patrícia Boson (FIEMG-MG), Antônio José Francisco (Consórcio do
149 Muriaé – MG), Teresa Cristina Brasil de Paiva, representando Flávio Teixeira da Silva (FAENQUIL – SP).

150
151 **Câmara Técnica de Planejamento e Investimento** – Silvino Correia dos Santos (P.M. Aparecida), José
152 Bosco Castro (SABESP-SP), João Carlos Rodrigues (CIESP-SP), Vera Lúcia Saboya (SEINPE-RJ), Marta
153 Vasconcelos Otoni (SERLA-RJ), André Pinhel (P.M. Resende – RJ), Renine César de Oliveira (SAAE-Barra
154 Mansa-RJ), Maria Aparecida Vargas, representando Amaury Damiance (CENF-RJ), Vera Lúcia Teixeira
155 (ong Nosso Vale!Nossa Vida-RJ), Antônio José R. Caldas Francisco, representando José Braz (P.M. Muriaé-
156 MG), Ricardo Stahlschmidt Pinto Silva, representando Paulo Valverde (CESAMA-MG), Maria Aparecida
157 Vargas (CFLCL-MG), Humberto de Oliveira (Consórcio do Pomba-MG).

158
159 **Câmara Técnica de Educação Ambiental** – Andréa Penido (P.M. São José dos Campos – SP), Silvino dos
160 Santos (SAAE Aparecida-SP), Maria Regina de Aquino Silva (FVE-UNIVAP-SP), Marta Otoni (SERLA-
161 RJ), Ana Cláudia Zamboti (Prefeitura de Volta Redonda –RJ), Guilherme Eiras (P.M. Pinheiral-RJ), Renine
162 César de Oliveira (AMAPS-RJ), Ninon Machado, representando Gilson Batista (Instituto Ipanema-RJ).

163
164 AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

165
166 **Câmara Técnica Institucional:** Jorge Luiz Ávila (DEMSUR-MG)

167
168 **Câmara Técnica de Planejamento e Investimento:** Iria Fernandes Vendrame (ITA-SP), Jorge Nazar (P.M.
169 Rio Claro), Maria Luiza da Silva (ASSEMAE-RJ), Fátima Casarin (Consórcio BNG-2)

170
171 **Câmara Técnica de Educação Ambiental** - Maria Luiza da Silva (SAAETRI-RJ), Roberto Raulino
172 Lamego (Salveaserra-RJ), Fátima Casarin (Consórcio BNG-2), Lilio dos Santos (Itatiaia Móveis-MG),
173 Georgina Mucci (FUNCEC-MG).

174